

10 de Agosto de 2018

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira



MINERADORAS APONTAM PRINCIPAIS RISCOS AOS PROJETOS MINERAIS NO BRASIL

A falta de previsibilidade quanto ao cumprimento e a validade das leis, regras e normas, o alto custo proporcionado pela morosa burocracia, distorções nos processos de licenciamento operacional e ambiental são fatores de risco permanente na rotina das mineradoras e, por isso, agem como bloqueadores a novos investimentos no Brasil. Apesar dos graves problemas, o Brasil pode superá-los com capacitação e se tornando mais competitivo, à medida do possível.

Esta é a síntese do que afirmaram importantes executivos de mineradoras no painel de abertura do Congresso de Minas a Céu Aberto e Subterrâneas (CBMINA). O evento será realizado até o dia 3/8, em Belo Horizonte (MG).

Este panorama negativo é agravado pela péssima imagem do País no exterior em função dos recentes casos de corrupção que repercutem ainda internacionalmente, relataram os dirigentes empresariais sobre as manifestações dos acionistas estrangeiros de suas companhias.

O painel de abertura abordou o tema “Gestão de riscos na mineração: da exploração mineral ao produto final”. Participaram Camilo de Lelis Farace, vice-presidente de Operações Brasil da AngloGold Ashanti Brasil; Gilberto Azevedo, vice-presidente e gerente-geral da Kinross Brasil Mineração; João Luiz Nogueira de Carvalho, diretor-presidente da Geosol e Lúcio Flavo Gallon Cavalli, diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão da Vale; Marcos Graciano, diretor da Unidade de Pitinga, da Mineração Taboca. O painel foi mediado por Rinaldo Mancin, diretor de Assuntos Ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). O Instituto organiza o CBMINA em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Falta previsibilidade e leis não são compreendidas por investidores estrangeiros

“O Brasil não é para amadores. É isso o que os nossos acionistas estrangeiros falam quando nos questionam por que as premissas que valiam quando decidiram por fazer investimentos no País mudam com o passar do tempo, ou seja, não são seguras, não têm solidez”, disse Marcos Graciano, da Taboca. Segundo ele, há dificuldade para entender que nem sempre o que está escrito na lei brasileira corresponde ao que é

feito ou exigido, na prática, pelos órgãos governamentais e outros. A Mineração Taboca atua na Região Norte do País.

“Recentemente, nossa empresa teve renovado seu regime tributário especial. Pode parecer positivo, mas este é um fator de insegurança e deixa dúvidas se ele poderá vir a ser renovado no futuro. Por que um regime tributário tem prazo de validade? ”, questionou. Ele também pontuou a séria dificuldade de encontrar na Região Norte mão de obra preparada para atuar em mineração. “A solução é formar mão de obra local e isso acaba por ser um dos legados positivos da mineração para aquela sociedade”, afirmou.

Riscos no relacionamento e na alta carga tributária

“Um dos maiores riscos para a mineração está na capacidade de se manter uma boa relação, e duradoura, com as comunidades próximas aos empreendimentos minerais, desde a fase de prospecção até o andamento do projeto mineral que será implantado. É preciso compreender muito bem a cultura, os valores, as expectativas das comunidades e gerar empatia”, afirmou João Carvalho, da Geosol, empresa de pesquisa mineral.

Ele também apontou outros riscos como relevantes e que precisam ser debelados, como a alta e complexa carga tributária: “São 67 taxas e tributos; ninguém entende uma carga dessas. É algo insano. Temos sócios suíços, por exemplo, que não compreendem a razão disso”, disse.

Mineração no subsolo sob risco de estagnação no Brasil

Camilo de Lelis, da AngloGold Ashanti, ressaltou os riscos proporcionados à atividade mineral pela legislação trabalhista. A companhia atua com mineração de ouro, que é subterrânea. As leis trabalhistas no Brasil restringem a apenas 6 horas a jornada no subsolo, enquanto países concorrentes, como Austrália, Canadá e Estados Unidos adotam o dobro: 12 horas. Além disso, há vetos na lei para que mulheres atuem no subsolo, um atraso que ainda não foi superado na legislação.

“O volume de mineração que ocorre no subsolo é de 16% do total no mundo; no Brasil o índice é de apenas 4%, ou seja, há um potencial enorme para minerar no subsolo brasileiro. Mas com esta legislação é muito difícil (e caro) evoluir este tipo de mineração no País”, disse. Segundo ele, é fato que as minas avançam cada vez mais para a profundidade do subsolo, e por vários quilômetros, enquanto houver jazida a ser minerada. “O risco é que com uma jornada de trabalho tão curta, o trabalhador vai cumprir boa parte dela somente na locomoção de ida e volta da superfície até o local de trabalho”, criticou, lembrando que este fato afugenta o investimento em mineração no Brasil.

Licenciamento ambiental moroso e oferta de água compõem sérios riscos à mineração

Gilberto Azevedo, da Kinross – empresa que também atua no segmento de ouro –, lembrou do risco hidrológico que afeta as mineradoras severamente. A companhia ficou paralisada por quatro meses em 2017 em razão da falta d’água, mesmo este risco tendo sido previamente identificado. “A seca que atingiu Paracatu (MG) foi muito duradoura e impactou nossa operação, apesar dos esforços para mitigar o problema”, afirmou.

Lúcio Cavalli, da Vale, evidenciou a demora excessiva para a concessão de licenças de operação e também as licenças ambientais para projetos minerais. Citou o caso do SD11 que ficou cerca de dez anos à espera de autorização para operar no Pará. Nesse período, contou, em função de a SD11 não poder produzir minério de ferro, a Austrália – concorrente direto do Brasil nesse minério – acelerou sua produção a ponto de superar a da Vale e a do País. “Quantos empregos e quanta receita o Brasil deixou de gerar por causa dessa demora? ”, questionou. Se o Brasil não mudar este quadro, continuará perdendo divisas e investimentos para outras nações, alertou.

Em outros países, disse, a burocracia para liberar licenciamento é menor do que a brasileira. “No Chile, os órgãos de governo têm prazo para se pronunciar; se passarem do prazo, a empresa poderá implantar seu projeto”, disse Lúcio Cavalli.

Ainda sobre o licenciamento ambiental, Cavalli criticou a falta de preparo dos técnicos e de estrutura aos órgãos reguladores e fiscalizadores para avaliarem os estudos ambientais apresentados pelas empresas mineradoras. Este é um risco severo à competitividade da mineração e de diversas outras indústrias brasileiras.

Os participantes do painel abordaram outros temas que também apresentam riscos às operações minerárias, como barragens de rejeitos, ambiente regulatório, reputação da mineração perante a sociedade e relacionamento com as comunidades.

Solução nas novas tecnologias para as mineradoras serem mais competitivas

Os dirigentes empresariais afirmaram que a sociedade brasileira precisa avaliar essas questões que comprometem a competitividade da mineração – e de outros setores igualmente importantes para a economia – e cobrar mudanças urgentes por parte das autoridades. Em paralelo, defendem que as empresas devem investir em novas tecnologias e capacitação de mão de obra para se tornarem mais competitivas.

A Vale, disse Lucio Cavalli, investe pesado em tecnologia para competir avidamente até mesmo em mercados distantes. Citou que a companhia tem conseguido entregar minério de ferro na China a preços, em dólar, mais em conta do que a Austrália, que está situada bem mais próxima dos chineses. A companhia investe em automação de suas minas, na aquisição de caminhões elétricos, em máquinas e equipamentos conduzidos à distância, no reaproveitamento comercial de rejeitos de minério de ferro, no processamento a seco de minérios – para reduzir uso de água –, entre outras ações inovadoras e que repercutem positivamente no desempenho da Vale, inclusive, em termos de sustentabilidade.

Marcos Graciano, da Taboça, ressaltou que a mineração moderna tem atraído a atenção de governantes brasileiros, como no estado do Amazonas. “O governo se manifesta publicamente que a mineração é uma oportunidade econômica relevante para aquele estado”, disse. São sinais, como este, que animam os mineradores a seguirem operando no Brasil, disseram os participantes do painel.

Fonte: IBRAM

Data: 02/08/2018



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL ANALISA PROPOSTA DE MINERAÇÃO EM ÁREA DE FRONTEIRA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) deve votar, neste segundo semestre, o projeto de lei (PL) que facilita a mineração em áreas de fronteiras do país. Proposto há quatro anos, o PLS 398/2014 tem como relator atual o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), pai do ex-ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho

O projeto estabelece que os processos de outorga para pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira sejam encaminhados ao Conselho de Defesa Nacional para avaliação e manifestação de opinião quanto às questões relativas à segurança nacional.

Desse modo, o projeto propõe alteração na legislação atual sobre a faixa de fronteira, Lei 6.634/1979, que exige a aprovação prévia do Conselho de Defesa Nacional. A proposta é de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A área de fronteira do Brasil tem uma extensão de 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Um estudo apresentado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), na convenção anual *Prospectors and Developers Association of Canada* (PDAC) do ano passado, mostra que na área de fronteira do país há 573 ocorrências de metais nobres e 525 ocorrências de metais não-ferrosos e semimetais.

Uma das regiões com potencial, por exemplo, é região de fronteira entre o Estado do Amazonas e a Venezuela, um ambiente polimetálico com presença de nióbio, cobre, tântalo e ouro.

Tramitação

Proposto em dezembro de 2014, o projeto de lei do senado passa por análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desde 2015, onde ficou paralisada até março de 2016. Em abril deste ano, a pauta voltou a ser incluída nas reuniões da CRE e faz parte de outros 15 projetos que aguardam avaliação desta comissão. Até hoje a pauta não foi analisada por nenhuma outra comissão do Senado.

Fonte: Senado Notícias

Data: 03/08/2018



ARRECADAÇÃO DA CFEM EM JULHO É A MAIOR DESDE FEVEREIRO DE 2013

A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), os royalties da mineração, foi de R\$ 249 milhões em julho deste ano. Segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), o valor é o maior desde fevereiro de 2013, quando a arrecadação foi superior a R\$ 298,8 milhões

Em 2018, todos os meses têm apresentado crescimento na arrecadação na comparação anual, devido às mudanças no cálculo e na alíquota dos royalties da mineração. Julho, no entanto, tem a maior arrecadação do ano até o momento, ultrapassando maio, quando a arrecadação foi de R\$ 238 milhões.

De acordo com análise realizada pelo Notícias de Mineração Brasil (NMB), a partir dos dados disponíveis pela ANM de janeiro de 2005 a julho deste ano, a arrecadação no mês passado é a quarta maior da história, atrás de outubro de 2012, quando o valor foi de R\$ 250,3 milhões; fevereiro de 2013, R\$ 298,9 milhões; e janeiro de 2013, o recorde até o momento, com R\$ 413,5 milhões.

Na comparação anual, a arrecadação de julho deste ano teve crescimento de 76% em comparação com o mesmo mês de 2017, quando a arrecadação foi de R\$ 141,6 milhões.

Assim como em outros cinco meses deste ano, Minas Gerais é o principal Estado arrecadador de royalties da mineração no país, com R\$ 107,3 milhões no mês passado. O valor é o segundo maior arrecadado por um Estado brasileiro no ano, uma vez que em maio o Pará recolheu R\$ 109,5 milhões, único mês do ano em que ficou na frente de Minas Gerais.

O Pará, por sua vez, mantém a segunda posição na arrecadação de CFEM, com R\$ 104,9 milhões em julho. O valor é mais que o dobro recolhido em julho do ano passado, R\$ 50,2 milhões.

Goiás, com R\$ 9,3 milhões; Bahia, R\$ 4 milhões; e São Paulo, R\$ 3,6 milhões completam o quadro dos cinco principais Estados recolhedores de CFEM no Brasil. A menor arrecadação do país é no Acre, R\$ 6,4 mil.

O minério de ferro é a commodity que mais gerou receita para os royalties da mineração, R\$ 167,3 milhões. O valor é mais que o dobro recolhido com o minério em julho de 2017, R\$ 82,5 milhões. Neste ano, porém, a maior arrecadação foi em junho, R\$ 174,4 milhões.

Depois de um mês com arrecadação mais fraca do ano, em junho com R\$ 7,8 milhões, o cobre se recuperou e registrou uma receita de R\$ 25,4 milhões em julho. O valor é o dobro do recolhido em julho do ano passado, R\$ 12,7 milhões. O ouro, por sua vez, é o terceiro minério que gerou maior receita para o país, com R\$ 11,6 milhões. Em julho de 2017 essa receita foi de R\$ 5 milhões.

Taxa Anual por Hectare

Até julho deste ano já foram pagos R\$ 80,1 milhões da Taxa Anual por Hectare (TAH), cerca de 84,4% do total previsto para o ano, que é de R\$ 94,9 milhões.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 02/08/2018



O METAL PRECIOSO QUE ESTÁ CRIANDO UMA NOVA 'FEBRE DO OURO'

Se o ouro já foi o grande ímã de garimpeiros no oeste americano, agora é o cobalto quem faz esse papel.

O garimpo de cobalto não acontece há décadas nos Estados Unidos. Mas agora um grupo de empresas de mineração está nos Estados americanos de Idaho, Montana e Alasca em busca do mineral azul prateado.

São exemplos do interesse crescente em cobalto - um componente chave nas baterias de íon-lítio, muito utilizadas em aparelhos eletrônicos portáteis e carros elétricos.

No passado, o fornecimento de cobalto dependia dos mercados de cobre e níquel, metais mais valiosos tipicamente extraídos junto com o cobalto.

Mas o crescimento dos preços de cobalto e a previsão do crescimento de consumo, de 8% a 10% por ano, fizeram seu status mudar, diz George Heppel, analista senior na empresa de pesquisas CRU Group em Londres.

Cerca de 300 empresas no mundo estão agora à caça de depósitos de cobalto, estima a CRU.

Gigantes de mineração como a Glencore também estão impulsionando a produção na República Democrática do Congo, onde a maior parte do cobalto do mundo se encontra.

Nos Estados Unidos, uma produção pequena de cobalto começou em 2014 pela primeira vez em cerca de quatro décadas.

A empresa First Cobalt, do Canadá, comprou uma mina no Estado de Idaho, nos EUA, e diz esperar que a produção esteja avançada em cerca de três anos.

O foco é cobalto, segundo o chefe executivo da empresa, Trent Mell, e não o cobre ou outro metal.

"Mineradores como nós nunca fomos buscar cobalto, de fato", ele diz. "Há muito cobalto no mundo. Como mineradores, estamos para trás."

Comércio global

Espera-se que o consumo de cobalto exceda 122 mil toneladas neste ano, mais do que as 75 mil toneladas de 2011, segundo o CRU.

O preço do cobalto triplicou. Embora uma produção maior seja capaz de responder à demanda nos próximos anos, analistas dizem que pode haver escassez já em 2022.

"Há muito interesse de parceiros potenciais", diz Fiona Grant Leydier, de uma empresa que trocou seu nome de Formation Metals para eCobalt, revivendo planos antigos.

Depois que o cobalto é extraído com a ajuda de explosivos, ele é levado para ser refinado e transformado em metal, misturas ou concentrados químicos usados em produtos como drones, motores ou baterias.

Mais de 60% do cobalto no mundo é extraído na República Democrática do Congo, enquanto a China é produtora líder de cobalto refinado.

Mas, ao lado da crescente demanda, há também crescente preocupação dos Estados Unidos em relação à dependência de importação.

Em fevereiro, os EUA adicionaram o cobalto à lista de 35 minerais críticos para a economia.

Empresas ativas nos Estados Unidos dizem esperar que seu status "fabricado nos EUA" ajude a acelerar a aprovação governamental e diferenciar seus produtos das importações.

Eles dizem que preocupações quanto a corrupção e trabalho infantil em minas da República Democrática do Congo também pressionam compradores a encontrarem novas fontes.

"Há alguns lugares onde se pode realizar mineração eticamente e nós queremos ser um deles", diz Michael Hollomon, executivo-chefe da Missouri Cobalt. "Isso nos dá uma vantagem."

A empresa planeja começar a produzir cobalto em uma antiga mina de chumbo no Estado de Missouri, onde há 15 milhões de quilos de cobalto, a maior reserva da América do Norte.

No entanto, como há outras áreas do mundo com muito cobalto de qualidade, os Estados Unidos nunca serão capazes de parar de importá-lo completamente.

Especialistas esperam que aumente, inclusive, a participação da República Democrática do Congo na produção global, conforme mineradoras ampliem suas atividades ali.

Também se espera que a China siga dominando o mercado de cobalto refinado, ampliando sua operação na Europa, América do Norte e em outras partes da Ásia.

Embora empresas americanas tenham só uma fração do mercado, elas podem conseguir um preço mais alto por seu material, diz Caspar Rawles, analista na Benchmark Mineral Intelligence.

"Todas as fornecedoras estão querendo reduzir seu risco político, então acho que qualquer projeto fora da República Democrática do Congo está em uma posição estratégica", diz ele.

Os desafios ainda são significantes, como o custo de instalar uma mina. O preço volátil do cobalto é outra incerteza.

Hoje alto, o custo do elemento está levando empresas a buscar maneiras de reduzir a dependência do material.

Gerband Ceder, da Universidade da Califórnia, está conduzindo pesquisas para encontrar baterias estáveis que não precisem de grandes quantidades de cobalto.

Mas usar esse tipo de tecnologia em larga escala - especialmente em carros - está a até dez anos de distância. "Acho que haverá grande uso de cobalto por um tempo, ainda."

Fonte: BBC

Autora: Natalie Sherman

Data: 05/08/2018



SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO EVOLUÍRAM NOS ÚLTIMOS ANOS

A gestão de segurança das barragens de rejeitos minerais melhorou nos últimos anos, o Brasil passou a ser referência internacional em gestão de emergências nessas estruturas e o as autoridades regulatórias e fiscalizatórias evoluíram os procedimentos de coleta de informações e de controle. E há bem menos barragens com risco considerado alto de apresentarem acidentes do que há cinco anos. Ainda assim, há divergências de informações sobre as barragens que precisam ser superadas.

Esta é a síntese do que foi abordado pelos especialistas que participaram, na manhã de hoje, do workshop “Gestão de barragens de rejeitos de mineração”, no segundo dia do Congresso de Minas a Céu Aberto e Subterrâneas (CBMINA). O evento será realizado até o dia 3/8, em Belo Horizonte (MG). A organização é do IBRAM, em parceria com a UFMG.

Participaram do workshop: Joice Milonas, integrante da equipe de gestão de riscos geotécnicos da Vale (moderadora); Luiz Paniago Neves, gestor de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Mineração (ANM); Rafael Jabur, diretor de Gestão de Barragens e Resíduos da Yamana Gold; Paula de Azevedo de Castro, advogada do escritório Mendo de Souza Advogados Associados.

Brasil tem 786 barragens

Paniago, da ANM, informou que as autoridades regulatórias e fiscalizatórias aprimoraram a qualidade das informações sobre barragens de rejeitos. O levantamento de abril de 2018 mostra um total de 786 estruturas no Brasil, sendo que 417 estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), enquanto 369 não. Em 2013, por exemplo, estavam cadastradas apenas 243 barragens no Brasil, o que demonstra a evolução do controle desses empreendimentos na atualidade.

Em 2013 haviam 41 barragens com classificação de risco alto de apresentarem acidentes. Em 2018 este total baixou para apenas sete unidades. Há 36 barragens com médio risco e 374 com classificação de risco baixo, segundo Paniago. Em Minas Gerais está localizado o maior número desses empreendimentos: 355; no Pará há 109 e em São Paulo 79.

Falha zero em barragens é algo inatingível

Para Rafael Jabur, da Yamana Gold, “falha zero em barragens é algo inatingível. Os acidentes continuarão ocorrendo”. Segundo ele, as empresas, o setor público e a sociedade devem agir em conjunto para evitar acidentes de maior impacto e há instrumentos para tal.

35 acidentes de 2001 a 2018 no mundo

Em média, disse Jabur, quatro acidentes ocorrem ao ano em todo o mundo envolvendo barragem de rejeito mineral, sendo pelo menos um de grande proporção. De 2001 a 2018 aconteceram 35 acidentes envolvendo depósitos de rejeitos minerais no planeta, sendo cinco no Brasil, inclusive os de grande porte na barragem de Fundão, em Mariana (MG) e em Mt. Polley, no Canadá.

Jabur concordou com Paniago que houve “notável melhora na gestão de informação e banco de dados das barragens” nos últimos anos, em especial, com o plano de segurança de barragens. As empresas, de forma geral, têm dedicado mais recursos financeiros e humanos à área de disposição de rejeitos mediante, de acordo com as novas exigências da ANM, disse. Segundo ele, “o Brasil pode ser considerado como uma referência no desenvolvimento de iniciativas de preparação para emergência em barragens de mineração”.

O representante da Yamana Gold chamou a atenção para o fato de que dificuldades burocráticas – entre outras – e longos prazos de licenciamento podem implicar em aumento de risco para algumas barragens que já estão em operação. É preciso dinamizar a avaliação dos procedimentos relacionados às solicitações de licenciamento para mitigar este grave fator de risco.

Dados divergentes

A advogada Paula de Castro fez retrospecto das medidas adotadas ao longo dos anos em relação à fiscalização e controle de barragens. Constatou que várias dessas medidas legais foram tomadas em resposta a acidentes ocorridos. “A mineração é secular, mas a regulação federal é muito recente; aconteceu somente em 2010”, disse.

Para ela, há, ainda, divergência no número total exato de barragens que o Brasil possui porque, disse, há diferentes dados disponíveis em órgãos fiscalizatórios. “Há casos de duplo cadastro de uma mesma barragem”, disse. Ela recomendou que haja unificação dos dados para melhor tratamento das informações.

Fonte: IBRAM

Data: 02/08/2018



SIMULADOR PREVÊ PRODUÇÃO DE PILHAS DE MINÉRIO NA CMOC BRASIL

Aplicação da geometalurgia na implantação do simulador geoestatístico possibilita a previsibilidade de produção e alimentação das usinas de fosfatos da companhia

O setor de Desenvolvimento de Processos da CMOC Brasil, liderado pelo geólogo Leonardo Rangel, desenvolveu um simulador matemático de produção e alimentação das pilhas de minério, embasado nos dados geometalúrgicos de formação das mesmas para a criação de um algoritmo capaz de simular com precisão o rendimento das usinas em termos de produção e alimentação diária.

A solução foi desenvolvida por meio de uma equação matemática baseada nas características metalúrgicas e geológicas do minério empilhado. O simulador possibilita verificar o potencial de alimentação e produção das pilhas planejadas com base na configuração de *blend* previsto. Utilizando o algoritmo, foram realizados testes em 20 pilhas de nióbio e fosfato, com estimativas que atingiram de 93% a 95% de confiabilidade com os resultados alcançados nas usinas de beneficiamento dos minérios, comprovando a eficácia do simulador.

“É um trabalho muito importante, pois nos dá a previsibilidade de atendimento ou não à produção antes mesmo da pilha começar a ser empilhada e com um grau de confiabilidade que nos faz ter a certeza daquilo que estamos planejando e enviando às plantas de beneficiamento”, afirma Rangel, responsável pela equipe criadora do simulador.

Segundo ele, antes do simulador, a previsibilidade de produção ficava restrita a dados metalúrgicos de recuperação em massa gerados a partir de ensaios de bancada. Para cada pilha planejada, é construída uma tabela com a porcentagem tipológica formadora do *blend*, a partir do mapeamento geológico e amostragem de mina para classificação do tipo de minério. “Mesmo com essas informações, a alimentação das usinas ficava a cargo das condições de processo. Agora, analisando a resposta do simulador frente aos dados de beneficiamento reais, pode-se afirmar que, com o seu uso, aumentou-se a confiabilidade da resposta metalúrgica do *blend* praticado e, conseqüentemente, a melhoria da informação da previsibilidade das pilhas. Isso facilita a operação nas usinas e a detecção de possíveis anomalias de

processo, quando são encontradas divergências consideráveis entre os dados de produção e alimentação estimados via simulador e o real alcançado para cada pilha formada durante a retomagem da mesma”, avalia.

Sobre a CMOC

A CMOC Brasil é uma subsidiária da CMOC, companhia global com um diversificado portfólio de ativos, incluindo operações na China, Austrália e República Democrática do Congo. Atua no País com mineração e beneficiamento de nióbio e fosfatos, nas cidades de Catalão e Ouidor (GO) e Cubatão (SP), por meio de suas empresas Niobras e Copebrás. No Brasil, gera mais de 3 mil empregos diretos, em suas três plantas industriais e duas minas. Acesse www.cmocbrasil.com e conheça mais sobre a CMOC Brasil e suas operações.

Fonte: SEGS

Autor: Larissa Pereira

Data: 31/07/2018

Bloomberg

DEFENSOR DO ZINCO MANTÉM A FÉ APESAR DA QUEDA DOS PREÇOS

O chefe da Nexa Resources, Tito Martins, um defensor do zinco, está praticando o que prega frente à queda dos preços do metal usado na galvanização do aço.

"Estamos na estrada desde o ano passado tentando educar os investidores a respeito do zinco", disse o CEO da maior produtora da América Latina em entrevista por telefone, na quarta-feira. São muitos poucos os especialistas que realmente conhecem bem esse metal, "porque o zinco nunca foi muito importante", disse Martins.

O zinco foi o metal mais atingido pela forte queda gerada pela guerra comercial. Os preços caíram 16 por cento nos últimos três meses, derrubando consigo as ações das produtoras. O baixo desempenho se deve em parte à ignorância, disse Martins, porque alguns investidores têm um conhecimento desatualizado ou confuso dos fundamentos do zinco pelo fato de o metal constituir uma fatia muito pequena dos portfólios de produtoras diversificadas como Teck Resources e Glencore.

A queda dos preços desafia as variáveis fundamentais de apoio, e o mercado do zinco deverá passar por um aperto ainda maior no decorrer do ano, disse ele.

Com operações no Brasil e no Peru, a Nexa está propondo a recompra de até 6,5 milhões de ações e pretende levar adiante seus projetos e planos de expansão. Após a divulgação dos resultados, as ações da Nexa subiram 5,2 por cento em Toronto na quarta-feira em meio à queda das rivais.

"Precisamos ser pacientes até que o mercado comece a perceber que o que estamos dizendo faz sentido", disse Martins.

Fonte: Bloomberg

Autor: R.T. Watson

Data: 02/08/2018

GOVERNO ALTERA SETOR MINERAL POR MEIO DE DECRETOS

Em um novo capítulo da modernização do setor mineral no Brasil, o governo publicou em meados de junho, os decretos nº 9.406/2018 e 9.407/2018, por meio dos quais aprovou o novo regulamento para o Código de Mineração e regulamentou o repasse da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) a municípios afetados pela atividade de mineração.

O recém aprovado Decreto nº 9.407/2018 regulamenta o repasse da CFEM aos municípios prejudicados pela Lei nº 13.540/2017 e afetados pela atividade de mineração, ou seja, aqueles cortados por minerodutos ou ferrovias que transportem substâncias minerais, que possuem operações portuárias envolvendo tais substâncias, e em que se localizem pilhas de estéril, barragem de rejeitos ou instalações de beneficiamento. Por sua vez, o Decreto nº 9.406/2018 atualiza o regulamento do setor e busca conferir certa segurança, dinamismo e modernidade a um dos segmentos mais relevantes da economia nacional.

O regulamento que vigorava até então datava de 1968. Sucessivos governos tentaram atualizá-lo sem sucesso, resultando em um aumento do regramento por meio de portarias do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou de pareceres de outras autoridades.

O novo regulamento contém novidades que buscam satisfazer parte das principais reivindicações do setor. Traz também elementos que aproximam a regulamentação brasileira de práticas internacionais.

As principais novidades são o endurecimento das regras ambientais com a inclusão da obrigação de fechamento de mina e recuperação de áreas degradadas pelos mineradores, a mudança da contagem de prazo de pesquisa mineral e sua prorrogação em casos de dificuldades na obtenção de licenciamento ambiental ou acesso às respectivas áreas, a outorga de concessão de lavra como garantia para obtenção de financiamentos, o incentivo ao aproveitamento econômico de rejeitos e resíduos de mineração e a sistematização do leilão eletrônico para a disponibilização de áreas que sofreram extinção de direitos minerários anteriormente válidos.

O parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto nº 9.406/2018 determina que aquele que exerce a atividade de mineração é responsável pela recuperação ambiental de áreas degradadas. A disposição esclarece um importante aspecto da regulamentação da atividade, mas deverá ainda estar alinhada a uma legislação ambiental esparsa e regionalizada, que demandará clareza e objetividade para alcançar seu propósito.

O decreto também mostra a determinação da nova agência de atrair para sua esfera a fiscalização e potencial regulação de temática primordialmente ambiental, arrolando elementos que poderão compor o plano de fechamento da mina, como a recuperação da área degradada, a desmobilização de instalações, a utilização futura da área e o monitoramento e acompanhamento de sistemas de disposição de rejeitos e estéreis. Importante salientar que o plano de fechamento de mina deve obrigatoriamente acompanhar o Plano de Aproveitamento Econômico da mina e, portanto, ser submetido ao crivo e à aprovação da ANM.

O decreto obriga também o titular a “executar e concluir adequadamente, após o término das operações e antes da extinção do título, o plano de fechamento de mina”. A interpretação da nova agência sobre essa norma tenderá a pontuar sua visão a respeito do tema, incluindo sua disposição na imposição de medidas como por exemplo a constituição de fundo de reserva para financiar as atividades de fechamento da mina desde antes do encerramento de suas operações. Este tipo de medida é comum entre as agências que compõem a vanguarda mundial na relação entre mineradores e meio ambiente, segundo as quais o

fechamento de mina deve ser aplicado em todas as etapas do processo, desde o planejamento da abertura até o encerramento das operações, mas seria completa novidade no contexto Brasileiro.

O decreto ainda vincula a observância da Política Nacional de Segurança de Barragens às obrigações fundamentais do minerador, o que demonstra a disposição do legislador de integrar, de forma prática, aspectos ambientais e regulatórios.

A prorrogação da autorização de pesquisa também sofreu alterações. O decreto estabelece, como regra geral, uma única prorrogação do título autorizativo, exceto nos casos em que se verifique impedimento de acesso à área de pesquisa ou por falta de assentimento ou licença do órgão ambiental, pontos que compõe antiga reivindicação de players da área e que agregam segurança institucional ao procedimento.

Não menos importante, o decreto estabelece que os trabalhos de pesquisa mineral em campo poderão continuar mesmo após o término do prazo da autorização de pesquisa e apresentação do relatório final. O objetivo é converter os recursos medidos em reservas, a serem futuramente aproveitadas na elaboração do plano de aproveitamento econômico.

O desenvolvimento e a apresentação do plano e relatório final de pesquisa podem ser unificados em caso de autorizações de pesquisa em áreas contíguas e relativas à mesma substância mineral. A novidade permite integrar projetos de maior monta desde o estágio inicial de pesquisa, aumentando a eficiência dos procedimentos tanto do ponto de vista operacional quanto burocrático.

A fase de requerimento de concessão de lavra também teve seus procedimentos detalhados pela redação do novo decreto. O requerente deverá apresentar o Plano de Aproveitamento Econômico, a indicação de servidões, fazer prova de disponibilidade de fundos, entre outros itens, e terá, então, 60 dias para comprovar a solicitação de licenciamento ambiental ao órgão responsável e para cumprir eventuais exigências da ANM. O prazo é prorrogável uma única vez por período, no máximo, equivalente.

O parágrafo 4º do artigo 31 esclarece ainda que o requerente deverá demonstrar à ANM, a cada seis meses a partir da data da solicitação de licenciamento ambiental, que o procedimento está avançando e que o titular adota todas as medidas necessárias para sua obtenção.

Outra relevante novidade do Decreto nº 9.406/18 é a previsão expressa da possibilidade de constituição de ônus sobre a concessão de lavra para garantir financiamentos. Embora na prática a constituição de garantias sobre concessões de lavra não seja novidade nas estruturas de financiamento de projetos do setor (ela já é permitida pelo artigo 55 do Código de Mineração), é cedo ainda para saber se a nova redação permitirá o emprego de ferramentas mais modernas de garantia e financiamento, uma vez que o artigo deverá ser regulamentado pela ANM.

De qualquer forma, em um contexto de recuperação do preço global de importantes substâncias minerais, o desenvolvimento de estruturas mais eficientes e robustas para mitigar os riscos do setor e atrair financiadores é bem-vindo.

Outras disposições buscam promover a segurança e a eficiência da produção mineral. Dois exemplos estão nos parágrafos 1º a 3º do artigo 10, que, respectivamente, incluem o reaproveitamento econômico do rejeito, estéril e resíduos no conceito de lavra, e incentivam expressamente os empreendimentos a aproveitar esses rejeitos, inclusive prevendo a possibilidade de aditamento da concessão de lavra por meio de processo simplificado. Também já está previsto que a temática deverá ser objeto de regulamentação futura pela ANM.

Uma das mais aguardadas novidades, trazida pelo artigo 45 do novo decreto, é o leilão eletrônico das áreas em disponibilidade decorrentes de qualquer forma de extinção de direitos minerários, o que pode ser a mais relevante das modernizações da nova regulação. Com essa iniciativa, o governo busca agilizar o acesso às muitas áreas disponíveis no Brasil, ao mesmo tempo que define regras claras para acessá-las e combate a especulação minerária, um dos maiores elementos geradores de insegurança do modelo atual.

O leilão eletrônico de áreas em disponibilidade já era previsto na Medida Provisória nº 790/2017, que reformava o atual Código de Mineração, mas não foi votada pelo Congresso e teve sua eficácia revogada. A expectativa de diversos agentes que atuam no segmento é de que a ferramenta, se bem aplicada, pode liberar rapidamente uma grande quantidade de áreas para a atividade de mineração, além de agilizar o futuro acesso a áreas, uma vez decaído o direito minerário vigente sobre elas.

Tida como uma das joias da proposta anterior, resta saber se a ferramenta, na prática, será eficaz em combater a especulação minerária provocada por agentes acostumados a solicitar áreas para pesquisa mineral com o propósito único de garantir seu direito de prioridade e posteriormente vendê-lo para as mineradoras que, de fato, exercerão as atividades.

O Decreto nº 9.406/18 entrará em vigor na data de instalação da ANM, que ainda não foi marcada, excetuando-se as disposições sobre a revogação dos decretos nº 98.812/1990 e 3.358/2000. Estas vigorarão a partir de 10 de dezembro de 2018.

Embora algumas alterações trazidas pelos decretos estejam de acordo com o conteúdo das medidas provisórias convertidas em lei no fim de 2017, especialmente a criação da ANM, cabe refletir sobre a validade de introduzir-se, por meio de instrumento desta natureza jurídica, alguns os pontos mais relevantes do novo regulamento.

Fonte: Valor

Autor: G. Lab para Machado Meyer

Data: 06/08/2018



HOW BIG DATA CAN HELP FIND NEW MINERAL DEPOSITS

Scientists from the Deep Carbon Observatory in the U.S. published a study this week where they report the first application to mineralogy of network theory, commonly used in the analysis of the spread of disease, terrorist cell connections, or Facebook connections.

The study appeared in *American Mineralogist* and it shows how the application of big data analysis to mineralogy can help predict minerals missing from those known to science, as well as where to find new deposits.

“The quest for new mineral deposits is incessant, but until recently, mineral discovery has been more a matter of luck than scientific prediction,” said Shaunna Morrison, lead author of the report, in a media statement. “All that may change thanks to big data,” she added.

Morrison and her colleagues’ plan is to use network analysis to delve deeply into the databases that describe millions of mineral specimens from hundreds of thousands of localities around the world and that have been put together by Earth scientists throughout centuries.

Such databases contain details of where each mineral was discovered, all of its known occurrences, and the ages of those deposits. They also record essential information on chemical compositions and a host of physical properties, including hardness, color, atomic structure, and more. These are the inputs of big data that scientists now want to analyze using modeling and visualization tools.

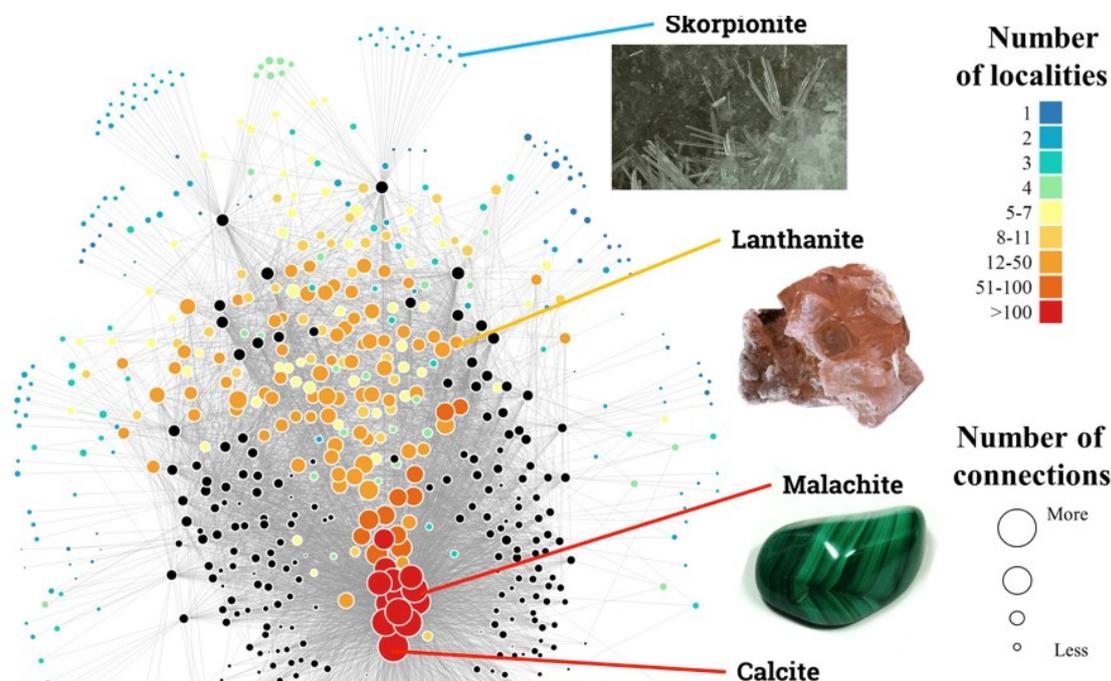
In other words, the network analysis technique will enable them to represent data from multiple variables on thousands of minerals sampled from hundreds of thousands of locations within a single graph.

“These visualizations can reveal patterns of occurrence and distribution that might otherwise be hidden within a spreadsheet. Big data provides an intimate picture of which minerals coexist with each other, as well as what geological, physical, chemical, and (perhaps most surprising) biological characteristics

are necessary for their appearance. From those insights it's a relatively simple step to predict what minerals are missing from scientific lists, as well as where to go to find new deposits," the press release reads.

The technique, the scientists say, has already been used to predict 145 missing carbon-bearing minerals and where to find them. Ten have been found so far.

According to Morrison, the results pioneer a potential way to reveal mineral diversity and distribution worldwide, their evolution through deep time, new trends, and new deposits of high-value metals such as gold or copper.



A network diagram for 403 carbon minerals reveals previously hidden patterns in their diversity and distribution. Each colored circle represents a different carbon mineral. The size and color of the circles indicates how common or rare each mineral is on Earth. Image by the Deep Carbon Observatory.

Fonte: Mining

Autor: Valentina Ruiz

Data: 02/08/2018



PRODUÇÃO DA NEXA RESOURCES APRESENTA REDUÇÃO DE 5,8% NO TRIMESTRE

A produção de metal, medida em zinco equivalente, totalizou 135,5 mil toneladas de abril a junho deste ano, uma queda de 5,8% em comparação às 143,9 mil toneladas no mesmo período do ano anterior, diz a Nexa Resources, antiga Votorantim Metais, no relatório trimestral divulgado ontem (31)

O resultado foi afetado, principalmente, pela menor produção de cobre, que caiu de 12 mil para 9 mil toneladas no trimestre, na comparação anual. "Quando comparado ao 1T18 [primeiro trimestre], houve um pequeno aumento de 1,5 mil toneladas [de zinco equivalente] no 2T18", afirma o documento.

A produção por mina, em base equivalente a zinco, no segundo trimestre, mostra que as instalações no Brasil representaram 31,5%. A mina peruana Cerro Lindo representou 43,3% da produção total, seguida pelas minas de Vazante, que fica em Vazante (MG), El Porvenir, Atacocha e Morro Agudo, em Paracatu (MG), que representaram 26,4%, 16,8%, 8,4% e 5,1%, respectivamente.

A produção de metal no segundo trimestre deste ano totalizou 92,3 mil toneladas de zinco, 9 mil toneladas de cobre, 12,7 mil toneladas de chumbo, 1,847 milhão de onças de prata e 7,1 mil onças de ouro em comparação com 91,7 kton de zinco, 12 kton de cobre, 13,1 kton de chumbo e 2,046 milhões de onças de prata e 9,4 mil onças de ouro no segundo trimestre de 2017.

Segundo a mineradora, o custo operacional total, conhecido pela sigla em inglês AISC, já descontados os créditos dos coprodutos, aumentou no segundo trimestre, totalizando US\$ 0,42 por libra, ou US\$ 920 por tonelada, e ficou 10,5% acima do segundo trimestre do ano passado.

"No primeiro semestre de 2018, produzimos 98,5% do volume planejado para o período, o que nos permite reforçar nossa orientação anual [de metas]. A produção está ligeiramente abaixo do planejado para o 1S18, devido a atrasos no desenvolvimento de novas galerias de mineração em Cerro Lindo. A melhoria de desempenho em Vazante e El Porvenir compensou parcialmente esse efeito", diz o relatório.

A meta de 2018 é de 390 mil toneladas de zinco em concentrado, 60 mil toneladas de chumbo, 42 mil toneladas de cobre, 8 milhões de onças de prata e 19 mil onças de ouro.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 01/08/2018



EXPORTAÇÕES DE MINÉRIOS PELO BRASIL DEVEM CRESCER 2,5% EM 2018 PARA 410 MI T, DIZ IBRAM

As exportações de minérios pelo Brasil devem crescer 2,5 por cento neste ano, ante 2017, para 410 milhões de toneladas, em meio a uma expectativa de aumento de investimentos no setor, segundo projeções do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa mineradoras responsáveis por 90 por cento da produção mineral do país.

A expansão nas vendas externas ocorre diante do crescimento das atividades da mineradora Vale, maior produtora e exportadora global de minério de ferro e uma das principais do setor de níquel, que vem registrando diversos recordes de extração.

O montante de minérios vendido em 2018 pelo Brasil deverá representar 30 bilhões de dólares, em comparação com 28,37 bilhões de dólares no ano passado, apontou o instituto, em nota enviada à Reuters nesta sexta-feira.

As exportações de minério de ferro do país, entretanto, ficaram estáveis no primeiro semestre do ano, ante o mesmo período do ano passado, em cerca de 184,34 milhões de toneladas, segundo o Ibram.

As exportações de cobre, por sua vez, atingiram 581 mil toneladas entre janeiro e junho de 2018, alta de cerca de 4 por cento ante igual período em 2017.

Já as vendas externas de ouro cresceram 40 por cento no primeiro semestre ante o mesmo período de 2017, para 55,5 toneladas.

Investimentos

O Ibram também elevou as previsões de investimentos em mineração no país para 19,5 bilhões de dólares entre 2018 e 2022. O montante é 8 por cento superior ao previsto para o período 2017-2021, de 18 bilhões de dólares.

“É um dos maiores volumes de investimentos privados a serem realizados no Brasil em cinco anos”, disse o diretor-presidente do Ibram, Walter Alvarenga, em nota.

Os dados foram apresentados nesta sexta-feira no Congresso Brasileiro de Minas a Céu Aberto e Minas Subterrâneas (CBMINA), na UFMG, em Belo Horizonte (MG).

Nas próximas projeções, a expectativa no Ibram é que o valor dos aportes em cinco anos seja ainda mais elevado, considerando reformas regulatórias em curso pelo governo federal que poderão gerar maior segurança jurídica para atrair investimentos.

Em 2018, o número de empregados diretos no setor de mineração subiu para 183.088 em junho, ante 180.969 em 2017.

Fonte: Reuters

Autora: Marta Nogueira

Data: 03/08/2018



CBMM MOSTRA VANTAGENS ECONÔMICAS DO USO DO NIÓBIO NA INDÚSTRIA

O uso de nióbio misturado ao aço traz diversas vantagens econômicas às empresas que utilizam caçambas, pás carregadeiras, entre outros equipamentos para operações pesadas. O aumento de competitividade e a economia de custos conquistados pelas companhias que recorrem a esta tecnologia impressionou a plateia do Congresso Brasileiro de Minas a Céu Aberto e Minas Subterrâneas (CBMINA), na noite de ontem (2.8).

A palestra sobre o tema “Aumento da eficiência de movimentação de minério utilizando implementos de equipamentos móveis em aço de alta resistência micro ligados ao nióbio” esteve a cargo de Hugo Leandro Rosa, chefe do Departamento de Equipamentos Móveis da empresa Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM).

Apenas no uso da técnica em caçambas basculantes proporcionou reduzir o peso da caçamba em quase duas toneladas, o que representa 10% do peso total de um caminhão. “Assim este caminhão, por exemplo, teve sua capacidade de carga aumentada em quase duas toneladas, o que economizou tempo para executar as tarefas no plano de lavra. Além disso, a economia de combustível foi de 8%”, afirmou.

Hugo Rosa também abordou exemplos similares de aplicação do nióbio em diversos outros equipamentos pesados. A CBMM expõe a tecnologia em estande no CBMINA, que acontece até a noite de 3 de agosto, na UFMG, em Belo Horizonte (MG). Segundo a empresa, o uso do nióbio melhora o desempenho do equipamento e aumenta seu ciclo de vida, reduz o custo total da cadeia produtiva e melhora o valor percebido no mercado.

Fonte: IBRAM

Data: 03/08/2018



MINERADORA TEM LICENÇA AMBIENTAL EM TERRA INDÍGENA SUSPENSA A PEDIDO DO MPF

A Pedreira Canaã teve sua licença ambiental para exploração de granito em Pacatuba, na região metropolitana de Fortaleza (CE), suspensa pela Superintendência Estadual de Ambiente do Ceará (Semace). O cancelamento da licença aconteceu depois de um pedido do Ministério Público Federal (MPF), que questionou a autorização da mineradora para explorar minério na terra indígena Pitaguary

De acordo com o website Jazida.com, o único processo que a mineradora possui junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), que substituiu o antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), é justamente a concessão de lavra para granito em Pacatuba.

Segundo o procurador da República Ricardo Magalhães de Mendonça, autor da recomendação, o licenciamento ambiental que autorizava a extração mineral de granito pela pedreira foi concluído sem nenhuma participação da Fundação Nacional do Índio (Funai), tampouco a oitiva da comunidade indígena afetada.

O MPF diz que a licença havia sido concedida pela Semace indevidamente, já que a atribuição para a emissão do licenciamento pertence ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por se tratar de terreno da União e por afetar comunidade indígena.

Além da anulação dos licenciamentos ambientais, que já haviam sido concedidos permitindo a extração mineral da terra indígena, a Semace se comprometeu a não mais licenciar o empreendimento.

Na recomendação, o MPF lembra que portaria publicada em 2006 pelo Ministério da Justiça declarou como tradicionalmente indígenas as terras ocupadas pelos índios Pitaguary nos municípios de Pacatuba e Maracanaú, ambos no Ceará.

Em Pacatuba e Maracanaú existem, segundo o Jazida.com, 30 processos minerários. Desse total, existem oito concessões de lavra para granito, além da agora suspensa pela Semace. Entre os processos também há requerimentos de pesquisa e licenciamento para jazidas de manganês, areia, argila e saibro.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 02/08/2018

Bloomberg

GREVE NO CHILE PODERIA PROVOCAR DÉFICIT EM OFERTA DO COBRE

Para o cobre, o aprofundamento da disputa comercial entre os EUA e a China está mascarando os problemas de fornecimento que surgem no maior país produtor, o Chile.

Os trabalhadores da mina Escondida votaram esmagadoramente a favor de uma greve, se a proprietária BHP Billiton não melhorar sua oferta, anunciou o sindicato na quarta-feira. Uma paralisação na mina Caserones poderia começar já em 7 de agosto, e em Chuquicamata, da Codelco, os trabalhadores ameaçam bloquear o acesso à mina novamente se a gerência não atender às demandas.

Em um ano recorde de negociações coletivas na indústria de mineração chilena, que inclui a principal mina da Codelco, El Teniente, os investidores poderiam estar subestimando o risco que as greves

representam para a oferta em um momento em que as crescentes tensões comerciais estão dominando as manchetes. Em julho, os preços registraram a maior queda mensal desde o final de 2016, e os gestores de recursos elevaram a um recorde as apostas pessimistas no metal.

"As variáveis fundamentais não estão tão negativas quanto o que o preço sugere", disse Darwei Kung, gerente de carteira do DWS Enhanced Commodity Strategy Fund, de US\$ 3,4 bilhões, em entrevista por telefone na quarta-feira. "Existem muitas alavancas que o governo chinês pode usar para reduzir o impacto na economia. Estamos mais preocupados neste momento com as possíveis greves que poderiam abalar a oferta."

No ano passado, uma paralisação de 44 dias em Escondida reduziu a produção na maior mina de cobre do mundo, contribuindo para o déficit global que alimentou a maior alta anual do metal em sete anos. Como 84 por cento dos trabalhadores rejeitam a oferta final da empresa e votam a favor da greve, o sindicato mandou um recado para a empresa: por mais doloroso que seja, os trabalhadores estão preparados para entrar em greve para não perder seus benefícios.

O sindicato afirma ter economizado cerca de 550 milhões de pesos (US\$ 864.000) para cobrir os custos durante uma paralisação, disse Patricio Tapia, presidente do principal sindicato de Escondida, em entrevista em Antofagasta, na terça-feira.

"Embora as greves apoiem o cobre, fala-se muito sobre a desaceleração da China", disse Geordie Wilkes, chefe de pesquisa da Sucden Financial, em entrevista por telefone na quarta-feira. "Não acho que o panorama seja tão otimista quanto poderia ser se houvesse uma demanda forte no principal mercado da China."

O indicador fabril oficial da China esfriou em julho, quando o número de novas encomendas de exportação caiu, sinalizando que as tensões comerciais entre o país asiático e os EUA estão prejudicando a demanda externa por produtos chineses. O cobre, muitas vezes visto como um termômetro do crescimento econômico, é utilizado na construção de redes elétricas, casas, carros e aparelhos eletrônicos.

Os trabalhadores de El Teniente recusaram as duas primeiras ofertas contratuais da empresa. Os sindicatos querem benefícios maiores, bônus de produção e aumento de 2 por cento no salário real. Se uma nova rodada de negociações fracassar, a empresa e os sindicatos terão que se sentar novamente em setembro para chegar a um acordo antes do fim do contrato de trabalho atual, que expira em 31 de outubro.

Fonte: Bloomberg

Autores: Laura Millan Lombrana e Susanne Barton

Data: 02/08/2018



YAMANA GOLD COMPLETA 15 ANOS DE VIDA

A mineradora canadense Yamana Gold comemora seu 15º aniversário com sete minas no Brasil, Argentina, Chile e Canadá e espera produzir mais de 1,1 milhão de onças de equivalentes de ouro e 120 milhões de libras de cobre este ano com um dos menores custos da indústria

No dia 31 de julho de 2018, a Yamana, que tem sede em Toronto, completou 15 anos de atuação. Nesse dia, em 2003, a empresa lançava seu portfólio inicial, que incluía o projeto Chapada Brasil, em Goiás, que veio a ser desenvolvido e entrar em produção em 2007. Mesmo após 11 anos de exploração, a mina continua a dar retorno, e ainda tem uma vida útil de 20 anos.

Um mês antes, a mineradora, que se chamava Yamana Resources, comprou a mina de ouro Fazenda Brasileiro, da Vale, que ainda está em produção. O valor da transação, na época, foi de US\$ 20,9

milhões. Fazenda Brasileiro pertence hoje à Leagold Mining, que adquiriu a Brio Gold, um spin-off da Yamana.

"O sucesso de Chapada, uma mina em Goiás, é mostra a abordagem da empresa e seus compromissos com todas as partes interessadas, afinal a Yamana cresceu por meio de aquisições estratégicas para melhorar e diversificar seu portfólio, buscando também nele oportunidades orgânicas. Ao longo do tempo, a empresa tem se concentrado na sustentabilidade de seus negócios e tem procurado melhorar continuamente seu desempenho em todas as métricas de saúde, segurança, meio ambiente e comunidade", disse a empresa em nota.

"Em 2003, tínhamos a visão de criar uma empresa intermediária de extração de ouro que fosse significativa e dominante, focada em ativos de alta qualidade em jurisdições de mineração mais proeminentes e de maior qualidade na América do Norte e do Sul para oferecer melhor valor com menor risco", disse Peter Marrone, presidente e CEO.

Marrone diz que, nos últimos 15 anos, a empresa alcançou esses objetivos. "Hoje, somos aquela empresa média estabelecida com ativos e gestão de qualidade. Particular atenção tem sido dada nos últimos anos à necessidade de uma gestão de alta qualidade e representação do conselho. Além disso, prestamos atenção à importância da sustentabilidade, focada nas relações de saúde, segurança, meio ambiente e comunidade em nossos empreendimentos", declarou.

A Yamana opera duas minas no Brasil, e mais cinco na Argentina, Chile e Canadá, onde produz ouro, prata e cobre. No Brasil, a empresa tem a mina Chapada, em Goiás; e Jacobina, na Bahia. Essas minas são geridas pelas subsidiárias Mineração Maracá e Jacobina Mineração e Comércio (JMC).

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 03/08/2018

Bloomberg

NÍQUEL VIRA BÔNUS PARA MINERADORAS QUE MIRAM RIQUEZA DO COBALTO

As mineradoras capazes de oferecer um acordo de abastecimento estilo dois por um às fabricantes de baterias — cobalto mais níquel — pretendem conquistar uma fatia maior do boom global dos veículos elétricos.

Os dois metais muitas vezes são encontrados nos mesmos depósitos, o que cria uma oportunidade para as mineradoras e uma série de projetos antes ignorados, agora que o níquel, a exemplo do cobalto, ganha cada vez mais importância como material para baterias. Mas a ideia tem seus riscos porque o processamento pode ser mais caro e complexo.

O níquel está preparado para um rápido aumento da demanda em um momento em que a busca pela melhora do desempenho dos veículos elétricos estimula uma mudança para uma composição química das baterias que demandará uma quantidade maior do metal. Os veículos atualmente respondem por apenas 2 por cento da demanda por níquel de alta pureza, mas em 2030 precisarão de uma quantidade superior a toda a produção do ano passado, informou a Bloomberg New Energy Finance em relatório de maio.

Além disso, não há muitas minas novas entrando em produção que possam fornecer o tipo de níquel necessário para os veículos da próxima geração, segundo a Ardea Resources, que está desenvolvendo um projeto perto de Kalgoorlie, na Austrália Ocidental, que também produzirá cobalto.

“O níquel é muito atraente”, disse Katina Law, presidente-executiva da empresa com sede em Perth. “Trata-se de uma área em que provavelmente haverá escassez no futuro — há um déficit de oferta que podemos resolver.”

Outras produtoras além da Ardea são a Australian Mines e a Clean TeQ Holdings, na Austrália, e a canadense Royal Nickel. A BHP Billiton, a maior mineradora do mundo, também realiza trabalhos de teste para a produção de sulfatos de níquel e de cobalto, materiais usados em baterias recarregáveis.

Até 2030 a demanda por baterias para veículos elétricos de passageiros e ônibus se multiplicará por 25, o que promete um grande impulso para o cobalto, o níquel e uma série de outros metais, estima a Bloomberg NEF. Ao mesmo tempo, existe o risco de que os planos da indústria automotiva sejam afetados pela falta de materiais, segundo a consultoria Wood Mackenzie.

As produtoras de baterias buscam fechar acordos de fornecimento de longo prazo por níquel e as operações capazes de fornecer diversas matérias-primas para baterias terão demanda, disse Benjamin Bell, diretor-gerente da Australian Mines, que em março fechou acordo com a SK Innovation para a produção de sulfatos de cobalto e de níquel em sua mina planejada para Queensland, na Austrália.

“Isso facilita, porque desta forma elas dependem de menos peças móveis na cadeia de abastecimento”, disse por telefone.

A Australian Mines, que espera ganhar uma fatia igual de receitas com níquel e cobalto a longo prazo, está discutindo acordos de fornecimento para seus outros projetos planejados em parceria com produtoras de baterias japonesas e sul-coreanas, entre outras, disse Bell.

Fonte: Bloomberg

Autor: David Stringer

Data: 06/08/2018



A FOME GLOBAL POR AREIA

Mais cidades, mais casas, mais estradas: para todos esses projetos, precisa-se de areia de construção. Especialista em geologia econômica explica onde encontrá-la e qual sua importância para economia. A areia fina faz cócegas entre os dedos, ondas acariciam suavemente a praia. Um sonho de verão que muitas pessoas querem desfrutar. Mas esse idílio não é mais uma obviedade, seja no Mar do Norte, na Sardenha, em Zanzibar ou em Cingapura. As costas são cada vez mais danificadas em todo o mundo. A razão para isso é a fome global de areia.

"Areia de construção é uma importante matéria-prima", explica Harald Elsner, especialista em Geologia Econômica do Instituto Alemão de Geociências e Recursos Naturais (BGR), em Hannover: "Concreto pronto, pedras de concreto, material de enchimento, tijolos, asfalto, cimento - areia está por toda parte."

Representantes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) estimam em mais de 40 bilhões de toneladas o consumo anual de areia e brita no mundo.

A areia de quartzo ou areia industrial também é importante. Ela é utilizada na indústria do vidro, do plástico ou na indústria química: "Ou seja, para todos os fins com maior valor agregado, que são necessários especialmente nos países industrializados", diz Elsner.

Ao contrário de alguns relatos, a areia industrial não é usada na produção de células solares ou outros eletrônicos. O silício necessário para tal é obtido a partir de cascalho de quartzo, como explica o geólogo.

"Mesmo assim, areia é indispensável", enfatiza Elsner sobre a importância do recurso natural. Só na Alemanha, cerca de 100 milhões de toneladas da matéria-prima são extraídas anualmente. Com uma boa atividade na indústria da construção, podem ser extraídas ainda mais, acrescenta o geólogo. "Temos sorte de termos tantas fontes de areia."

Na Alemanha, há recursos suficientes para atender às necessidades. Graças às fontes de areia, algumas das quais podem ser rastreadas até a Era do Gelo, o país não precisa importar essa matéria-prima - o que não seria apenas caro, mas também ruim para o meio ambiente.

Por quanto tempo nossas fontes de areia ainda vão ser suficientes? "Até agora ninguém conseguiu calcular isso seriamente", responde Elsner.

Geologicamente, as reservas ainda devem durar vários milhares de anos. Devido às áreas já construídas, não conseguimos chegar a todas as fontes. Mas, de acordo com Elsner, os depósitos acessíveis também devem ser suficientes por muitas décadas, se não séculos.

Essa constatação agrada particularmente à indústria da construção, que é fortemente dependente de areia e brita. Assim, há estimativas de que a economia alemã pararia numa semana, caso a indústria da construção civil não produzisse mais areia e cascalho.

Segundo Elsner, em 2016, foram vendidas na Alemanha areia e brita no valor de 1,6 bilhão de euros. Sem contar os dez milhões de toneladas de areia industrial no valor de 212 milhões de euros - e os produtos resultantes.

China é maior consumidor

Para manter casas modernas e boas estradas, a importância da areia não deve ser subestimada. O mesmo acontece em outros lugares do mundo: constrói-se por toda parte - com mais altura, mais extensão, mais qualidade.

"Acreditamos que a China consuma, por uma margem considerável frente a outros países, a maior quantidade de areia", estima o especialista do BGR. Em seguida, vêm os principais países industrializados: EUA, Taiwan, Hong Kong, Cingapura - e na Europa principalmente a Alemanha.

Em muitos países, no entanto, não é tão fácil obter a necessária areia de construção: por exemplo, a areia do deserto não é adequada para a construção civil. Com a ação dos ventos, os grãos são demasiadamente lisos e finos para se aglutinarem.

Embora dois empresários do estado alemão da Turíngia tenham desenvolvido um método para produzir concreto polimérico a partir de areia do deserto, que pode então ser usado para a construção de casas, o material ainda não é adequado para a produção em massa.

Assim, países como Dubai ou Abu Dhabi importam milhares de toneladas de areia todos os anos para realizar seus projetos construtivos - mesmo que estejam cercados por ela. A valiosa areia de construção é, em parte, importada por navio da distante Austrália.

Com vista a saciar a fome da indústria da construção em Cingapura e proporcionar superfície de terra suficiente para os arranha-céus, o Estado insular importa areia, por exemplo, dos países vizinhos. Até agora, as ilhas indonésias foram as mais danificadas. Mais de 20% delas já desapareceram.

Em 2007, no entanto, o governo indonésio deu um basta e parou de fornecer areia para Cingapura. Mas isso não diminuiu o crescimento da cidade-Estado. O mesmo se aplica às costas africanas: em Zanzibar, as praias paradisíacas estão desaparecendo, para que haja areia suficiente para projetos construtivos no continente.

Grãos valiosos

Até agora, as praias alemãs não foram afetadas por esse furto de areia. No entanto, há outro aspecto desse apetite mundial: a areia não é apenas um material de construção, mas também fornece habitat. E ele é ameaçado repetidamente a cada ano. Por exemplo, ilhas alemãs, como Sylt, sofrem com as

tempestades de inverno. Depois de um fim de semana ventoso, podem faltar até 100 mil metros cúbicos de areia na costa oeste da ilha - isso corresponde a cerca de 725 campos de vôlei de praia.

Para proteger a ilha das forças da natureza, todos os anos após a temporada de tempestades, cerca de um milhão de metros cúbicos de areia são bombeados do leito marinho para a praia. O próprio marketing da ilha chama isso de "bizarro". Mas o método funciona. Por cerca de 40 anos, os habitantes de Sylt, no Mar do Norte, vêm protegendo assim a sua ilha da perda de terra para o mar.

"Essa é uma questão de custo", diz Harald Elsner, que tem certeza de que hoje, sem essas medidas, restaria apenas uma pequena parte da ilha. Em Sylt, no entanto, a terra é tão valiosa que esse esforço vale a pena - diferente das ilhas da Indonésia, que não foram protegidas da persistente fome de areia.

Na Itália, cada grão é valioso. Todos os anos, os turistas levam para casa toneladas de areia, pedras e conchas como suvenires da ilha da Sardenha. No entanto, isso é proibido por lei - além dos danos de longo prazo ao meio ambiente, a infração pode custar aos viajantes até 3 mil euros. "Então, por favor, deixe a areia no lugar dela", diz um recente apelo da embaixada alemã em Roma.

Apesar de todos esses desenvolvimentos globais, o especialista em areia Harald Elsner acalma os ânimos. Trata-se basicamente de um recurso finito, mas ele aponta: "Espalhar o pânico em torno da areia na Alemanha não é apropriado, ainda que uma observação do mercado global de areia seja certamente de interesse".

Fonte: Terra

Data: 07/08/2018



EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, CPRM RECEBE CONTRIBUIÇÕES A PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS MINERÁRIOS

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM), em conjunto com o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Secretaria do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), realizou nesta segunda-feira (6) a primeira audiência pública do processo de cessão de direitos minerários em Palmeirópolis (TO) e Candiota (RS).

Durante a sessão, realizada na sede do ministério, em Brasília, representantes do setor público e do setor privado puderam apresentar sugestões e fazer questionamentos em relação ao processo de consulta pública, iniciado em 25 de julho deste ano.

O conteúdo da audiência estará disponível para a sociedade na página da CPRM na internet por meio da ata do encontro.

Estiveram presentes à audiência 39 pessoas. Se inscreveram para apresentar sugestões oralmente Fernando Cançado, representante do Grupo Bemisa, o consultor Marco Tulio Naves e Carlos Nogueira da Costa Junior, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC):

Estão previstas ainda a realização de mais duas audiências como parte do processo de consulta pública, que vai até o dia 20 de agosto: na próxima quarta-feira (8), no Rio de Janeiro, e na sexta-feira (10), em Porto Alegre.

Também está agendada, para os dias 14 e 15 de agosto, no Palácio do Planalto, a realização de *roadshow* e reuniões com interessados no processo de licitação.

Os documentos da consulta pública podem ser encontrados no seguinte endereço na internet:
<http://www.cprm.gov.br/publique/Informacao-Publica/Consulta-Publica-5136.html>

Marco para o setor

Na abertura da audiência, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Marcio Felix Carvalho Bezerra, afirmou que a licitação desses ativos é um marco para o setor mineral do país. Citou ainda uma série de outros leilões também programados para este ano nas áreas de energia elétrica e óleo e gás.

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do ministério, Vicente Lôbo, também citou o simbolismo desse processo de licitação, que irá colocar à disposição da sociedade títulos minerários de importante valor para o país.

Ao falar sobre os projetos, o diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Esteves Pedro Colnago, afirmou que, há décadas, o setor de mineração demanda a disponibilização dessas áreas para realização de pesquisas e investimentos. “O sucesso desse processo será fundamental para que possamos, no futuro, oferecer ao setor privado outras áreas que fazem parte de nossa carteira.”

O secretário de Articulação de Políticas Públicas do PPI, Pedro Bruno Barros de Souza, afirmou que o processo de consulta pública tem como objetivo aprimorar ainda mais os documentos que foram disponibilizados e servirá de referência para a licitação de outros projetos da carteira da CPRM.

O geólogo Paulo Ribeiro de Santana, ouvidor da Agência Nacional de Mineração (ANM), afirmou que o órgão está atendendo com prioridade estas demandas CPRM, a fim de contribuir com o processo.

[Clique aqui](#) e veja a apresentação.

Confira a programação e o local das próximas audiências

- Dia 08/08/2018, das 14h às 17h, no Auditório do Escritório do Rio de Janeiro – ERJ da CPRM, situado na Avenida Pasteur, nº 404, Urca - CEP 22.290-255, Rio de Janeiro – RJ.

- Dia 10/08/2018, das 14h às 17h, no Auditório CPRM, Rua Banco da Província, nº 105 - Santa Teresa, Porto Alegre - RS.

Fonte: CPRM

Data: 07/08/2018



<http://www.brasilmineral.com.br/mineração-e-comunidades>



www.49cbg.com.br